

## Sindipetro/MG se solidariza com atingidos pelas chuvas em Juiz de Fora



FAÇA A SUA DOAÇÃO



Em solidariedade à população atingida pelas fortes chuvas na região da Zona da Mata de Minas Gerais, que deixaram cidades como Juiz de Fora, Ubá e outras em estado de calamidade, o Sindipetro/MG se une a Campanha do Comitê pela Cidadania, tradicional grupo de voluntariado de empregados da Petrobrás em Minas Gerais, para convocar toda a categoria a fazer doações para a compra de itens essenciais às necessidades emergenciais da população atingida.

A destinação das doações será realizada conforme prioridades definidas por órgãos como a Defesa Civil e a Prefeitura de Juiz de Fora, com o apoio da UTE-JF e demais orga-

nizações da sociedade civil da região. As doações devem ser realizadas para o Comitê pela Cidadania, através do QR Code acima.

As tempestades, que aconteceram entre a noite de 23/02, e o início da tarde de 24/02, deixaram ao menos 40 mortos, de acordo com a atualização do Corpo de Bombeiros, divulgada na manhã de 25/02, quando ainda havia buscas por 31 desaparecidos. Juiz de Fora teve 584 milímetros de chuvas acumuladas, o que faz do mês de fevereiro o mais chuvoso da história do município mineiro, com volume superior ao dobro do esperado para o mês. Até o dia 25, a prefeitura contabilizava mais de 3,5 mil de-

sabrigados e desalojados.

O bloco Democracia e Luta, de oposição ao governador Romeu Zema (Novo) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), denuncia o absurdo descaso do governador com Minas Gerais. Conforme dados do Portal de Transparência do estado, o governo Zema reduziu em 96% os investimentos em infraestrutura de combate aos impactos das chuvas entre 2023 e 2025. Nesse período, as despesas teriam passado de aproximadamente R\$ 135 milhões para R\$ 6 milhões.

Até o fechamento desta edição, o governo Zema ainda não havia reconhecido a situação de calamidade estadual no município

de Juiz de Fora, medida que foi tomada em nível federal, pelo governo Lula (PT) e local, pela prefeita Margarida Salomão (PT). O Executivo mineiro decretou apenas luto oficial.

A diretora do Sindipetro/MG, Carmen Rodrigues, conclama a categoria petroleira a participar da campanha de solidariedade às famílias desabrigadas. “Infelizmente para o governador do nosso estado, o bem estar da população está longe de ser uma prioridade e a resposta tem que ser dada nas urnas. Diante da situação emergencial na Zona da Mata, contamos com a contribuição da categoria petroleira que historicamente sempre foi solidária nesses momentos”, afirma.

## Eleição Sindical: inscrição de chapas vai até 4/03



Encerra no dia 4 de março, às 17 horas, o prazo de registro de chapas para a eleição da Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal do Sindipetro/MG. A votação vai acontecer entre os dias 18 e 24 de maio. Todas as informações constam no Edital de Convocação das Eleições Sindicais publicado no dia 2 de fevereiro, data em que as inscrições de chapas foram abertas.

As chapas devem apresentar os seguintes documentos: a) Requerimento de registro de chapa, em três vias endereçadas à Comissão Eleitoral e assinado por quaisquer dos candidatos que a integrem; b) Ficha de qualificação dos candidatos, em uma via assinada; c) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), onde constem a qualificação civil e o vín-

culo de trabalho em vigor. Os modelos de requerimentos estão à disposição na Secretaria do sindicato, onde há pessoa responsável pela prestação de informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento do recibo correspondente. O atendimento da Secretaria para este fim é das 9h às 17h, exceto sábados, domingos e feriados.

As chapas deverão conter no mínimo 18 e no máximo 22 componentes para a Diretoria Colegiada, indicando o Coordenador-Geral, além de mais 6 componentes para o Conselho Fiscal. A impugnação das candidaturas poderá ser feita no prazo de até cinco dias, contados da publicação da relação nominal das chapas registradas.

## FUP vai ao TST por melhorias no acordo da PLR 2019

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) participou, no dia 24/02, de audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, para tratar do acordo da PLR 2019 com a Petrobras. O objetivo foi consolidar o acordo já aprovado em assembleias pela categoria, mas ainda não implementado pela empresa.

Durante a audiência, a FUP solicitou ajustes na nova minuta apresentada pela companhia. A Petrobrás acatou as melhorias e o TST formalizou a necessidade de inclusão das mudanças no texto final.

A Federação reafirmou o caráter nacional do acordo, garantindo abrangência a todos os sindicatos do Sistema Petrobrás, independentemente do estágio dos processos judiciais. Também foi reforçado o princípio da linearidade, assegurando o mesmo valor para todos os trabalhadores e trabalhadoras — princípio historicamente defendido pelo movimento sindical petroleiro.

Entre os pontos deba-

tidos estiveram as regras de adesão individual, especialmente após dúvidas geradas por versões anteriores da minuta. Foram esclarecidas as condições para adesão ou manutenção de ações individuais, inclusive para quem já recebeu valores por meio de ações coletivas. Houve avanços importantes. A Petrobrás se comprometeu a ampliar para até dois anos o prazo de adesão de ex-empregados, considerando que a PLR é referente a 2019. Também ficou garantido que quem já recebeu valores em ações coletivas não terá descontos nem precisará devolver recursos caso opte por não aderir.

A empresa assumiu ainda o compromisso de realizar busca ativa, inclusive individualizada, para informar empregados e ex-empregados sobre o direito de opção. A FUP indicará aprovação nas assembleias, desde que o texto da minuta enviado pela empresa reflita integralmente o que foi pactuado no TST.